



Ministério da Educação

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 6ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DO PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (GT-PNAES) em dois de setembro de dois mil e vinte e cinco, com início às nove horas e quarenta minutos e com término às doze horas e quarenta e um minutos, a reunião teve como objetivo central a discussão do programa **PAB** (Programa de Acolhimento às Bibliotecas) (arts. 24 e 25) e ações relacionadas à **CULTURA E ESPORTE** (art. 5º, incisos VI e VII) no contexto da regulamentação da nova Lei nº 14.914/2024 que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sancionada em 2024. A reunião foi realizada na plataforma virtual *Teams*. Estiveram presentes, como membros do Grupo de Trabalho (GT) instituído pela Portaria nº 244, de 14 de abril de 2025 e participantes convidados: Fábio da Silva Paiva, Representante da Secretaria-Executiva (SE/GAB/MEC); Artur Antônio dos Santos Araújo, Coordenador-Geral (SESU/DIPPE/MEC); Adriana Carla Teixeira da Costa Brito, Coordenadora de Relações Estudantis (CGRED/DIPPE/SESu); Itamá Rodrigues Silva Filho, Chefe de Serviço (CGRED/DIPPE/SESu); Lúcia Campos Pellanda, Coordenadora-Geral (SESu/GAB/MEC); Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, Diretor da Secretaria Executiva – SE/MEC; Sandro Augusto Silva Ferreira, Representante suplente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); Veruska Ribeiro Machado, Representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF); Lucas Piaia Petrocino, Representante da Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG); Carlos Eduardo Moreno Sampaio, Diretor e Representante do INEP; Cicília Raquel Maia Leite, Representante da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais - ABRUEM; Letícia Silva, Diretora de Relações Institucionais e representante da União Nacional dos Estudantes – UNE; Rafaela Campos Sardinha, Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais, Representante do INEP; Camila Porto Fasolo, Diretora de Monitoramento e Avaliação e representante titular da SEGAPE; Mariana Chagas Lima, Diretora de Relações Institucionais e Representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES; Roselma Lucchese, Representante titular da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); Nathalia da Mata Atroch, Representante do Fórum de Políticas Estudantis do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FPE/CONIF); Tobias Pereira Soares Filho, Técnico em Assuntos Educacionais (SE/SCA/MEC); Lilian Carvalho do Nascimento, Coordenadora-Geral de Programas de Educação Superior (CGPES/SESu); Jorge Moisés Kroll do Prado, Presidente da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições – FEBAB; Adriana Cybele Ferrari, Vice- Presidente da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições – FEBAB; Cláudio Gomes Barbosa, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Minas Gerais - PRAE/UFMG; Amanda Machado dos Santos, Assessora de Gabinete da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC); Priscila Lelis Cagni, Coordenadora-Geral de Fomento Institucional à Pós-Graduação no País e representante titular da CAPES; Patrícia Regina de Oliveira, Presidente da Comissão Brasileira de Bibliotecas da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – CBBI; Naita Aparecida Nunes de Lima, Representante titular da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); Yann Evanovick Leitão Furtado, Coordenador-Geral da Juventude (CGJUV/SECADI/MEC). A reunião foi iniciada por **Fábio da Silva Paiva** (SE/GAB/MEC), que confirmou o quórum e solicitou a assinatura da lista de presença. Foi também disponibilizada a ata da 5ª reunião para apreciação. Em seguida, foram iniciadas as apresentações sobre os programas de acolhimento nas bibliotecas e ações de cultura e esporte, com falas de representantes da SESU, SETEC, FEBAB, Comissão Brasileira de Bibliotecas, UFMG, entre outros. **Artur Antônio dos Santos Araújo** (SESU/GAB/MEC) apresentou dados sobre os investimentos realizados pelas instituições federais em cultura e esporte, destacando que 41

instituições declararam aportes que totalizam aproximadamente R\$ 10,1 milhões em 2024, representando menos de 1% do total de benefícios do PNAES. Também foram apresentados os objetivos e estrutura do Programa de Acolhimento nas Bibliotecas (PAB), conforme os artigos 24 e 25 da Lei. **Amanda Machado dos Santos Duarte** (SETEC/GAB/MEC) complementou com dados da rede federal, destacando ações de extensão e eventos esportivos consolidados. Foram apresentados dados sobre estudantes atendidos e valores investidos em cultura, esporte e bibliotecas. Na sequência, representantes convidados realizaram apresentações: **Patrícia Oliveira** (Comissão Brasileira das Bibliotecas), **Jorge Prado** e **Adriana Ferrari** (FEBAB), e **Cláudio Gomes Barbosa** (UFMG), que trouxeram diagnósticos e propostas para a melhoria das bibliotecas e ações esportivas nas instituições. Foram destacadas a importância da infraestrutura, recursos humanos, acessibilidade, e a necessidade de financiamento adequado. Patrícia Oliveira destacou que realizou uma consulta a rede de bibliotecas da qual faz parte, conseguindo acessar mais de 400 bibliotecas que compõem a rede federal de educação e tecnologia sendo constatado que ainda não há aplicação direta de recursos específicos para os programas direcionados às bibliotecas das instituições de ensino. Afirmou que as bibliotecas das instituições atendem majoritariamente estudantes de baixa renda e que 50% das vagas são destinadas a alunos da rede pública. Destaca que as bibliotecas devem oferecer um espaço seguro, em alinhamento com a Lei PNAES, mais especificamente com o programa de acolhimento. Ressalta que muitas vezes os locais nos quais as bibliotecas estão inseridas são as únicas bibliotecas da região, sendo importante considerar as especificidades daquele território. Afirma que o acolhimento nas bibliotecas demanda um investimento muito considerável. Sustenta que a biblioteca tem que estar além de um conceito de acervo, mas de um espaço estratégico e acolhedor, com conforto, acesso à internet, às melhores tecnologias e melhores aplicativos de ensino. Sobre os desafios, aponta que os espaços físicos são insuficientes e poucos acolhedores; recursos humanos limitados, afirmando que geralmente somente 3 pessoas fazem o atendimento cotidiano de todas as atividades. Ressalta que as bibliotecas não têm orçamento próprio. Afirma que devido à grande diversidade regional e socioeconômica, o mobiliário das bibliotecas se torna bastante determinante para consolidar a questão do pertencimento, afirmando que o conforto e acolhimento dos usuários precisam ser revistos e melhorados. Ressalta que é impossível criar um modelo único de bibliotecas em razão das diversas realidades. Destacou que há duas realidades atualmente: bibliotecas com estruturas herdadas das antigas escolas técnicas e agrotécnicas, já que os institutos federais são migrações dessas escolas e os campus novos, oriundos da criação dos institutos federais em 2015, sendo construídos e ampliados de forma genérica. Afirma que para o pleno atendimento da lei, é necessário atendimento contínuo e humanizado, o que demanda a existência de recursos humanos, com sugestão de no mínimo 2 bibliotecários e 3 auxiliares por biblioteca, com funcionamento entre 12 e 15 horas conforme funcionamento do campus e com atendimento 24 horas em institutos que tenham residências/atividades noturnas. Apresentou recomendações acerca de metragem do espaço; quantidade de alunos para tornar as bibliotecas funcionais com atendimento de qualidade, sendo recomendado uma área de 500m² para espaços com 900 alunos; de 70m² para espaços com até 1.200 alunos e com no mínimo 1.000m² para espaços com mais de 1.200 alunos. Trouxe recomendações acerca dos espaços físicos com seção de atendimento/circulação; seção de acervo acessível e organizada; áreas de estudos individuais e coletivas, salas técnicas; espaços multimídias com computadores e espaços multiuso para eventos e cultura, além de contar com infraestrutura de apoio: banheiros, bebedouros, armários, climatização e iluminação. Ressaltou que a CBBI tem feito diversas ações junto ao CONIF e as entidades diretivas das bibliotecas para alcançar essas melhorias, mas há ainda muito o que se fazer. Finaliza afirmando que é necessário investir nas bibliotecas, - que seria um investimento na educação - para que elas possam oferecer espaços que promovam acolhimento; pertencimento; formação integral; permanência estudantil; sucesso acadêmico e uma educação pública de qualidade, inclusiva e transformadora. Após, a fala foi passada a **Jorge Prado** (FEBAB) iniciou sua contextualizando que a FEBAB é uma entidade da sociedade civil que nasceu em 1959, sem fins lucrativos com sede e foro na cidade de São Paulo. Ressalta que, enquanto Federação, trabalha em torno do desenvolvimento da profissão, principalmente com a formação continuada dos profissionais, mas também por mais e melhores bibliotecas no país e faz isso especificamente a partir de uma Diretoria Executiva e grupos de trabalho que são especializados em algumas temáticas técnicas e comissões. Ressaltou que dentro dessas comissões, existe a Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitária – CBBU, que tem uma longa história de parceria com o MEC e com a CAPES, no intuito de desenvolver serviços e produtos para as bibliotecas universitárias no país há mais de 20 anos.

Ressaltou que a Federação também é responsável por organizar os 2 maiores eventos profissionais da biblioteconomia e ciência da informação brasileira, o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação - o CBBD, e o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias -SNBU. Destacou que atualmente atua como presidente da Federação, no segundo mandato e a Adriana, como a vice-presidenta, sendo ambos da Universidade de São Paulo. O primeiro como professor do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação, e Adriana como a Coordenadora Executiva da agência de bibliotecas e coleções digitais da USP. Apresentou sua fala a partir dos 4 elementos que constituem o PAB, citando alguns pontos críticos e algumas sugestões de melhoria. Ressaltou o artigo 24, destinado a oferecer salas e espaços adequados para estudo de pesquisa e destacou como pontos críticos, o compromisso das instituições, dando as condições para que esse serviço aconteça, especificamente, dialogando com outros segmentos da própria universidade, em especial, a segurança desses espaços, financiamento para modernização desses espaços, considerando eliminar barreiras arquitetônicas para inclusão plena das pessoas com deficiência. Destacou que a FEBAB possui um GT dedicado a acessibilidade em bibliotecas e possui um instrumento que “mede” a acessibilidade em todas as dimensões, não somente arquitetônica, mas a informacional, a atitudinal, trazendo um Overview, no qual cada profissional pode utilizar um instrumento e ter um panorama da sua própria biblioteca. Como sugestões de implementação, destacou considerar os novos espaços de estudo nos diversos indicadores de avaliação dos cursos e das instituições. Ressaltou a realização de acompanhamento da própria evolução dos sinais, no sentido de avaliar as bibliotecas universitárias que por muito tempo, tem sido avaliadas meramente pelas suas coleções, defendendo a ideia de as bibliotecas como espaço que vão além disso, inclusive para sensibilização e acolhimento e espaços que promovam, inclusive, não somente a produção técnica científica, mas também cultural das universidades. Destacou a necessidade de promover editais com recursos para instalação dos espaços e capacitar as equipes no atendimento as diferentes necessidades informacionais de pessoas com deficiência. Citou os pontos críticos referentes ao inciso I, do artigo 25 da Lei PNAES, apontando a ampliação do corpo pessoal próprio e terceirizado, principalmente no aspecto da segurança; financiamento para a modernização dos espaços e das coleções e ampliação do escopo de atuação pedagógica das bibliotecas no apoio ao aprendizado, com o objetivo de ir além do mero acesso às coleções e acervos. Como sugestões de implementação, apontou a criação de consórcios interinstitucionais, principalmente para aquisição de acervos; programa de modernização e atualização tecnológica das bibliotecas; criação de vertentes da atuação da biblioteca que vão além do acervo, como biblioteca das coisas, empréstimo de dispositivos eletrônicos para discentes em situação vulnerável, - destacou que, principalmente no período pós-pandemia, muitos alunos sequer tinham condições mínimas tecnológicas para acompanhar as aulas à distância-; criação de salas de estabilização emocional nas bibliotecas, com a devida capacitação de pessoal ou então a implementação de equipes multidisciplinares como assistentes sociais, psicólogos e outros nessa área. No tocante ao inciso II do artigo 25, destacou novamente como pontos críticos a questão dos recursos financeiros e o alto custo das bibliografias disponíveis em formato digital. Como exemplo citou os serviços disponibilizados nos pacotes como “Minha Biblioteca” e “Biblioteca Pearson” que são contratos somente de acesso e não de perpetuidade. Nesse caso, destacou que se um título sai da biblioteca digital, por exemplo, acaba perdendo esse conteúdo e não tem muita negociação. Em parâmetro dos internacionais, citou que há outros modelos de negócio, mas que não chegam no Brasil justamente por conta da questão burocrática que permeia o serviço público. Ressaltou a existência de 10 modelos de negócios internacionais, mas no Brasil atualmente, existem em torno de somente 3. Destacou como sugestões de implementação para o inciso II, a construção de consórcios interinstitucionais; readequação das modalidades de contratação e aquisição de acervos; valorização da ciência aberta como estímulo de criação de repositórios -citando como exemplo o portal de livros abertos da USP-; e a definição de uma sugestão de percentual mínimo de investimento anual do orçamento recebido. No tocante ao inciso III do artigo 25, que dispõe sobre a melhoria dos serviços de informação pra assegurar o acesso à informação, destacou como pontos críticos, a ampliação das equipes e programas de capacitação que sejam continuados em temáticas como acolhimento, inclusão de pessoas com deficiência, atendimento às comunidades em vulnerabilidade. Nesse ponto, destacou a existência de vários casos que mencionam essa questão e esse cuidado, bem como, a dificuldade em trabalhar com essas temáticas. Como sugestão de implementação, citou a garantia de formação continuada; constituição de redes entre bibliotecas para fortalecer esses serviços e parcerias para promover as ações de formação. Destacou que a FEBAB, por

trabalhar há mais de 60 anos com a formação continuada dos profissionais, possui uma escola de formação dedicada a essas pautas mais emergentes, que não entram na graduação em biblioteconomia. No tocante ao contexto histórico, destacou que em 2023, no seminário nacional de bibliotecas universitárias, foi apontada a necessidade de resgatar o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias -PNBu, que foi um programa criado em 1986, com participação da FEBAB junto ao Ministério da Educação, que era o Plano Nacional das Bibliotecas Universitárias, cuja primeira edição se deu em 1986 e a segunda e última em 1989. Destacou que nas áreas de desenvolvimento do PNBu, estavam contempladas muitas ações que refletem hoje um pouco do PAB, desde o planejamento até atividades cooperativas, automação de bibliotecas, e outras. Ressalta que se trata de um documento bastante interessante e estruturante como uma política pública, consolidando-se como a primeira e única política pública dedicada para bibliotecas universitárias antes da PNAES. Destacou a realização de uma escuta com as bibliotecas universitárias para definir quais eram os elementos essenciais para o novo PNBu à época. A consulta, que contou com quase 200 respondentes, tinha por objetivo obter quais eram as áreas de desenvolvimento mais relevantes, dentre as 6 áreas originais do PNBu citadas na pesquisa, sob a ótica das bibliotecárias universitárias. Como resultado, a área de maior relevância foi a de planejamento organizacional financeiro, recursos humanos e físicos e a de menor relevância foi a de atividades cooperativas. Dentro do planejamento organizacional, citou algumas subatividades, como a constituição de órgão central junto à Secretaria de Educação do Ministério da Educação, que coordene a formulação de políticas públicas para as Bibliotecas Universitárias. Destacou também, dentro da área de formação e desenvolvimento de coleções, a construção de um processo sistêmico participativo junto ao corpo docente e a aquisição cooperativa, que é bastante interessante no uso de recursos financeiros públicos. Ressaltou, ainda, dentro da área de processamento técnico dos documentos, a promoção de cooperação no compartilhamento de dados, destacando a importância de um uso mais inteligente de recursos. Na área de Automação de Bibliotecas, destacou uma rede de intercâmbio de dados bibliográficos no que concerne ao catálogo de bibliotecas, ressaltando que é algo mais simples de se alcançar em comparação à cooperação na aquisição de softwares, que é algo mais burocrático. Por fim, na área de usuários e serviços, destacou como mais relevante a ampliação dos serviços da biblioteca de modo a estarem alinhados ao contexto real da sociedade. Ressaltou que a todas as perguntas, havia uma em aberto, e, especialmente no item de usuários e serviços obtiveram-se muitos elementos relacionados à saúde mental, à acolhimento, à cultura que foram destacados como mais relevantes. Destacou que entre as atividades cooperativas, a mais relevante foi a de fortalecer os canais da CBBU como um veículo comum para troca de informações. Ressaltou que os canais da comissão brasileira são bastante fortes, bem estabelecidos e muito participativos dentro da biblioteca universitária no Brasil, sugerindo como um atributo e cooperação para o GT. Posteriormente, a palavra foi dada a **Cláudio Gomes Barbosa, representante da Pró-reitoria da UFMG**, que iniciou sua fala abordando o tema sobre a gestão do esporte em universidades federais do Brasil e apresentou uma pesquisa realizada este ano com apoio do FONAPRACE, onde trouxe um mapeamento a nível nacional, que leva em consideração a relação com o esporte e a política nacional de assistência ao estudante. Ressaltou que é técnico em desporto da Universidade Federal de Uberlândia e fez mestrado e doutorado na UNESP, na área de desenvolvimento humano e tecnologias voltada para gestão esportiva e esporte universitário. Afirmou que desde seu ingresso na Universidade Federal de Uberlândia, trabalhou na assistência estudantil, antes como parte da diretoria de assistência estudantil, mas que após a formação da Pró-reitoria de assistência estudantil, ingressou na gestão da diretoria. Foi diretor de qualidade de vida do estudante por 8 anos e atualmente está em colaboração técnica com a Universidade Federal de Minas Gerais, mais precisamente na Pró-reitoria de assuntos estudantis, e atua junto à UFMG para proporcionar trocas de experiência, melhorias nesse quesito. Ressaltou que o objetivo do inventário era trazer hipóteses sobre a falta de consenso na gestão do esporte nas nos projetos e programas praticados nas instituições. Ressaltou o motivo que o levou a estudar sobre o assunto: a diferença de desempenho das instituições federais em competições oficiais e as mudanças provocadas no decreto pela Política Nacional de Assistência Estudantil com aprovação da lei. Salientou que o esporte é um eixo transversal dentro da vida do estudante, apresentando três fenômenos que podem ser aplicados e vistos dentro das instituições: o esporte educacional, em menor número; esporte participação, que seria aquele sem visão de desempenho, da seletividade e o esporte de desempenho voltado mais para competições. Destacou que atualmente existem ações oficiais interinstituições, mais precisamente voltadas ao calendário da Confederação brasileira de desporto universitário e os eventos oficiais, que tem um caráter

reconhecido, mas que ocorrem a partir de ações voluntárias ou de empresas, por meio das associações atléticas acadêmicas. Destacou os benefícios do esporte: Saúde física e mental; pertencimento e permanência do estudante dentro da instituição das prerrogativas do PNAES e auxílio na melhoria do desempenho acadêmico. Sobre a diferença de desempenho das universidades federais no esporte e universitário brasileiro, destacou uma pesquisa sobre o ranking nacional da CBDU em 2024, na qual de 404 instituições que participaram, 65 foram universidades federais de todas as universidades federais existentes. No ranking das 10 melhores posições, na maioria, estavam as universidades privadas, totalizando 7 instituições privadas e apenas 3 universidades federais no resultado do ranking, tanto em quantidade quanto em efetividade de pontuação. Apresentou também o ranking com as 10 melhores posições entre as universidades federais no quesito do esporte de desempenho, destacando que 63% das universidades federais estão em posições muito baixas, enquanto apenas 26 ocupam o top 50. Salientou que o intuito da pesquisa seria fornecer dados e análises que pudessem auxiliar esse grupo de trabalho na formulação de subsídios para regulamentação da PNAES, mais precisamente relacionado ao eixo esportivo. Apresentou uma pesquisa por ele realizada, destacando que o objetivo principal consistia em apontar o mapeamento da situação atual da gestão do esporte nas universidades federais compreendendo os desafios e oportunidades presentes e realizar propostas de melhorias. A metodologia utilizada consistiu no desenvolvimento e validação do instrumento de coleta de dados realizada em através da plataforma LimeSurvey, utilizada pela UFMG, onde de 28 questões, foram analisados tipos de gestão, financiamento, recursos humanos, auxílios, dentre outros. No mês de junho e julho os dados foram coletados com o apoio do FONAPRACE, com aplicação dos questionários via e-mail, entrevistas e formulários eletrônicos. Em agosto realizou a finalização dessa coleta e iniciou a divulgação dessas informações. Como resultados preliminares dessa pesquisa a nível nacional, foram obtidas 55 respostas, sendo um total de 52 cidades atingidas, incluindo quase todos os estados do Brasil e todas as regiões. Afirmou que Minas Gerais foi o estado que com maior número de respostas das instituições federais, seguidas de Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, São Paulo e Goiás, totalizando 24 estados representados. Em relação a Alagoas, Amapá e Tocantins não obtiveram retorno das instituições. Sobre a relevância dentro de cada região, nordeste e sudeste foram as regiões com maior número de respostas, com universidades participantes desta pesquisa. Acerca da percepção da infraestrutura, o índice foi de 0 a 5, sendo uma percepção bastante baixa, onde a avaliação da prática esportiva com relação a limpeza e manutenção foi a mais alta e os itens com menor avaliação foi referente a quantidade de espaços e as condições estruturais. Sobre gestão e governança, afirmou que as universidades apresentam uma gestão de maior número em gestão institucional, sendo 25 universidades, onde a própria universidade possui um setor específico, recursos humanos e recursos financeiros; em uma quantidade um pouco menor, de forma quase igual, 22 universidades apresentam uma gestão mista, onde há a participação dos estudantes e a universidade apenas faz a transferência de recursos por meio de subsídio e; 7 universidades fazem uma gestão discente, onde as ações são realizadas por meio do protagonismo, incentivo e os recursos advindos de ações dos estudantes. Sobre recursos humanos, salientou que 28 universidades, ou 50% das universidades pesquisadas não possuem o cargo de técnico em desporto- responsável por realizar a gestão do esporte dentro das instituições- destacando que essa ausência pode implicar muito na estruturação de recursos humanos e na permanência dos projetos realizados. Em relação à existência de setor de esportes e lazer nas universidades- onde as denominações mais comuns encontradas são “coordenação”, “divisão” ou “núcleo de esportes e lazer” - 75% afirmaram possuir e 25% não possuem um setor específico. Sobre a unidade administrativa que realiza essa gestão do esporte e de recursos, a maioria, consistente em 22 universidades, é ligada à Pró-reitoria de assistência estudantil, ou seja, possuem o setor de esporte ligado a esse setor, em segundo lugar ficou a Pró-reitoria de extensão e ressaltou que 10 universidades afirmaram não existir um setor administrativo para essa finalidade e geralmente são atendidas por outras Pró-reitorias. Destacou que sobre os auxílios concedidos por essas instituições, o transporte aparece como o tipo de auxílio oferecido com maior frequência-, para levar os estudantes para eventos e competições-, seguido pela compra de equipamentos, materiais esportivos, pagamento de inscrições e anuidades pra esses eventos oficiais. Sobre o orçamento anual, destacou que a maioria das universidades afirmaram possuir menos de cem mil reais em recursos investidos no esporte e lazer Ressaltou que alguns gestores que responderam não têm essa métrica ainda analisada; 5 universidades não possuem orçamentos e algumas universidades têm um retorno expressivo de recursos aplicados. Sobre as principais fontes de recursos, destacou que 25 universidades

apresentam como fonte de recursos próprios e 20 utilizam o PNAES como principal fonte de recursos para investimentos no esporte. Ressaltou que quando a primeira fonte é o PNAES, 53% utilizam como segunda fonte recursos próprios em consideração a primeira e quando a primeira fonte afirmada é recursos próprios, 24% utilizam PNAES para fazer investimento em esporte, ressaltando a diversificação nessas fontes. Salientou que 81% das instituições diversificam suas fontes e apenas 18 repetem a mesma fonte de investimento. Afirmou que a gestão institucional possui um melhor acesso a orçamentos mais altos enquanto a gestão mista possui orçamento médio e a maioria das universidades que possuem gestão discente afirmaram não ter orçamento próprio. Quanto a projetos realizados, destacou que 81% das instituições participam de competições esportivas oficiais. E sobre o universo das atléticas, foi realizado um questionamento sobre o número de atléticas atuantes dentro das instituições, sendo que a maioria das universidades possuem mais de 16 atléticas atuantes, afirmando, assim, que as instituições federais estudadas possuem mais de 600 atléticas atuantes no Brasil. Acerca da realização de esportes que não sejam de projetos que não tenham caráter de desempenho, 85% realizam ações de lazer e ações de participação. Apresentou uma relação sobre a necessidade de políticas e inovações no esporte e na gestão do esporte, voltado para questão sobre colaboração técnica, parcerias público-privadas e programas de doações e cotas para atletas. Destacou, por fim, que a ausência de um programa ou normativa nacional para a gestão do esporte universitário causa grande diferença de desempenho entre as IFES. Afirmou que não existe um programa que institucionaliza ou orienta as universidades em como realizar essa gestão do esporte. Ressaltou que a falta de investimento no esporte por meio do PNAES causa elitização de sua prática no ambiente universitário. Por muitas vezes, essas instituições que não têm recursos ou que tem uma gestão discente, as ações necessitam de inscrição prévia, necessitam de recursos advindos dos próprios estudantes, o que acaba elitizando a prática esportiva e o PNAES é uma excelente forma de combater a desigualdade, de promover a melhoria do desempenho e da saúde mental por meio da promoção de atividades esportivas. Destacou, ainda, a questão do pertencimento, afirmando que muitas universidades têm recebido estudantes de estados distantes e o esporte, as atléticas, as competições, as ações de participação têm causado uma melhoria desse sentimento de pertencimento numa cultura diferente e melhoria na saúde mental dos estudantes e, por consequência, o desempenho acadêmico. Durante o debate, diversos participantes reforçaram a importância das bibliotecas como espaços de acolhimento e permanência estudantil, e das ações de cultura e esporte como estratégias de promoção da saúde mental e pertencimento. Foram feitas sugestões para aprimoramento da regulamentação, financiamento e monitoramento dos programas. **Sandro Augusto Silva Ferreira – Representante suplente da Andifes no GT** iniciou sua fala destacando sua representação no GT e mencionou que suas contribuições foram fruto de amplos debates no grupo FONAPRACE, desde a tramitação do PL na Câmara e no Senado. Apontou preocupações com a ausência de programas voltados à cultura, esporte e apoio pedagógico, especialmente após a criação do PAE, que, segundo ele, restringiu a atuação nessas áreas. Ressaltou a importância de ajustes na regulamentação. Enfatizou a questão orçamentária como preocupação transversal ao debate do GT, destacando a relevância do financiamento para o sucesso da política nacional. Mencionou a recente aprovação da lei que altera o Fundo Nacional do Petróleo, inicialmente vista com otimismo, mas que não trouxe melhorias orçamentárias para a PNAES em 2026, conforme a PLOA apresentada. Relatou resposta do secretário Marcos Davi sobre o impedimento causado pelo teto de gastos. Sandro sugeriu que o GT se envolva na regulamentação da nova lei do fundo, por sua centralidade no financiamento da política nacional, e se comprometeu a apresentar posteriormente suas contribuições específicas sobre o PAB, esporte e cultura. **Adriana Ferrari – Representante da FEBAB/USP** agradeceu a escuta ativa do grupo e celebrou a presença da professora Lúcia no CNBU. Destacou a importância dos diálogos com o MEC que resultaram na inclusão das bibliotecas no artigo sobre acolhimento. Ressaltou que acolhimento em bibliotecas vai além de salas 24h e coleções, sendo espaços de encontro e ampliação de repertórios. Reforçou a necessidade de mudança cultural e de visão sobre o papel das bibliotecas, especialmente por parte dos gestores institucionais, que muitas vezes não as priorizam. Defendeu uma abordagem mais ampla e estratégica para as bibliotecas no programa, com foco na permanência estudantil. Expressou preocupação com o levantamento que trata apenas dos acervos, considerando o investimento de R\$ 500 mil insuficiente frente à realidade das instituições. Finalizou destacando que, embora as coleções sejam fundamentais, as bibliotecas são muito mais do que isso. **Roselma Lucchese (Reitora da Universidade Federal de Catalão /Representante da Andifes)** iniciou sua fala destacando os desafios enfrentados pelas universidades federais, especialmente no

que diz respeito à evasão estudantil e à falta de interesse dos jovens pela formação universitária. Ressaltou a importância das bibliotecas, do esporte e da cultura como ações fundamentais para a permanência estudantil e formação cidadã integral. Manifestou preocupação com a ausência de uma política nacional estruturada para bibliotecas digitais, apontando que cada universidade tem arcado com custos elevados e desiguais para manter essas estruturas, muitas vezes com recursos escassos. Defendeu que o MEC deveria liderar uma política de apoio às bibliotecas virtuais, garantindo equidade entre as 69 universidades federais, especialmente as localizadas no interior, que enfrentam dificuldades de conexão e manutenção de assinaturas de acervos digitais. Sobre esporte e cultura, reforçou que essas áreas devem estar articuladas com a promoção da saúde mental, sendo espaços de convivência e bem-estar. Criticou a precariedade das estruturas universitárias para atender à demanda dos estudantes, especialmente no transporte para atividades esportivas, citando acidentes recentes com ônibus universitários. Destacou o papel das atléticas como organizações estudantis potentes e mobilizadoras, muitas vezes mais atuantes que os movimentos estudantis tradicionais. Finalizou reiterando que, diante da limitação orçamentária prevista para 2026, as universidades têm priorizado apenas o básico (RU e bolsas de permanência), deixando de atender adequadamente às demandas por esporte, cultura e acolhimento. Defendeu que o MEC assumira uma postura institucional forte para enfrentar essas questões, reforçando que esporte e cultura devem ser tratados como ações de promoção da saúde mental, e não como substitutos de serviços especializados de saúde. **Nathalia da Mata (Fórum de Políticas Estudantis do CONIF / FPE)** iniciou sua fala agradecendo e informando que participa da reunião remotamente, diretamente de Bonito (MS), onde está envolvida em atividades da Rede Federal. Destacou que suas preocupações já haviam sido contempladas pelas falas anteriores, especialmente de Roselma e Sandro, e reforçou a importância da discussão sobre orçamento. Enfatizou que os programas de esporte, lazer, cultura e acolhimento em bibliotecas são fundamentais para a permanência e o êxito dos estudantes, pois promovem vínculos e sociabilidade com as instituições. Ressaltou que essas ações devem estar integradas aos demais programas estudantis, mas também precisam ser reconhecidas como políticas ampliadas, que vão além da assistência estudantil. Expressou preocupação com o risco de esses programas serem tratados como apêndices da política de assistência estudantil, o que comprometeria seu financiamento e efetividade. Citou dados do levantamento do SISPNAES, que indicam apenas 1% da ação orçamentária 2994 destinada à cultura na Rede Federal, o que considera insuficiente. Por fim, destacou que, embora a legislação recente tenha gerado otimismo ao vincular a política nacional estudantil ao fundo social dos royalties do petróleo, essa fonte de financiamento ainda não se concretizou de forma prática. Reforçou a posição do Fórum de Políticas Estudantis quanto à necessidade de ações orçamentárias específicas e estruturadas para garantir o financiamento adequado de programas de cultura, esporte, lazer e bibliotecas. **Letícia Holanda (Diretora de Relações Institucionais da UNE)** iniciou sua participação apresentando-se como representante da nova gestão da União Nacional dos Estudantes (UNE), eleita recentemente em congresso realizado em Goiânia. Informou que, por questões internas, a UNE não conseguiu acompanhar reuniões anteriores e solicitou o envio das atas por e-mail para atualização. Destacou a importância do debate sobre cultura, esporte, lazer e bibliotecas no contexto da assistência estudantil, ressaltando que essas áreas são essenciais para garantir uma universidade inclusiva e com oportunidades para todos. Criticou a estrutura orçamentária atual do PNAES, que não prevê recursos específicos para essas áreas, obrigando as universidades a estabelecerem prioridades que muitas vezes deixam essas políticas instáveis ou descontinuadas. Enfatizou o papel da cultura na promoção da saúde mental dos estudantes, mencionando o aumento de casos de sofrimento psíquico e até suicídios entre jovens universitários. Defendeu a criação de uma bolsa atleta como política de fomento à participação estudantil nas atléticas, que têm se mostrado espaços importantes de integração e bem-estar. Compartilhou sua experiência pessoal como estudante da Universidade Federal do Acre, destacando o papel fundamental da única biblioteca pública do estado em sua trajetória acadêmica. Reforçou a necessidade de investimentos em acervos digitais, acessibilidade e ampliação de horários nas bibliotecas universitárias. Finalizou defendendo a criação de percentuais mínimos carimbados no orçamento para cultura, esporte e bibliotecas, garantindo estabilidade e efetividade dessas políticas. Reiterou que o PNAES deve ir além da sobrevivência mínima, promovendo formação integral, cidadania e bem viver dentro e fora dos muros da universidade. **Sandro Augusto Silva Ferreira** retomou sua participação destacando a importância de alinhar o Programa de Apoio às Bibliotecas (PAB) aos objetivos centrais da PNAES, especialmente no combate às desigualdades sociais. Ressaltou que bibliotecas são espaços estratégicos nesse combate, ao oferecerem

acesso gratuito à acervos e recursos educacionais, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade. Apontou como positiva a proposta de bibliotecas com funcionamento 24 horas, por atenderem estudantes residentes e trabalhadores que só podem acessar esses espaços em horários alternativos. No entanto, expressou preocupação com a possibilidade de uso de recursos da PNAES para aquisição de acervos, defendendo que essa responsabilidade deve ser institucional e não vinculada exclusivamente à assistência estudantil. Reforçou a importância de manter a prerrogativa das Pró-reitorias de avaliar a alocação dos recursos da PNAES, garantindo que ações voltadas à inclusão (como salas de estudo acessíveis e espaços para estudantes com filhos) sejam priorizadas conforme as necessidades locais. Defendeu que a regulamentação preserve o caráter articulador da política de assistência estudantil com outros setores da universidade, como as bibliotecas, e que respeite a participação da comunidade acadêmica na definição de prioridades. Sobre cultura e esporte, reiterou que essas áreas foram enfraquecidas com a transposição da PNAES para o PAE, que passou a exigir benefício direto (pecúnia), limitando ações coletivas. Propôs que o GT produza um documento normativo com orientações sobre políticas de esporte, cultura e lazer, mesmo que essas não estejam formalmente previstas na lei, para apoiar gestores locais e facilitar captação de recursos. Defendeu que o esporte estudantil seja compreendido como promoção de sociabilidade e pertencimento, e não como incentivo à alta performance. Citou o veto governamental à proposta de bolsas para estudantes com alto desempenho esportivo como exemplo da incompatibilidade dessa abordagem com os objetivos da PNAES. Finalizou reforçando a necessidade de tratar esporte, cultura e lazer como elementos centrais da permanência estudantil, com foco na inclusão e no bem-estar. **Rafaela, suplente do INEP no GT, substituindo Suzy Mesquita Vargas,** destacou que sua fala teria caráter propositivo, voltado à organização e aos princípios que devem nortear a regulamentação dos programas discutidos. Apontou três eixos principais que emergiram das falas anteriores e que, segundo ela, devem ser incorporados como princípios estruturantes da regulamentação: mitigação das desigualdades regionais: defendeu que a regulamentação deve considerar as disparidades entre instituições e regiões, estabelecendo prioridades que promovam equidade; custo efetivo das atividades: ressaltou a importância de considerar os custos reais dos programas (como cultura, esporte, saúde mental, alimentação e transporte) para evitar disputas orçamentárias internas e garantir alocação justa e eficiente dos recursos do PNAES; e vinculação de reajustes orçamentários: criticou a ausência de mecanismos que assegurem reajustes anuais compatíveis com a manutenção da qualidade dos programas. Citou o exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que sofreu com a estagnação de valores por aluno, comprometendo sua efetividade. Também propôs que o GT articule uma moção ao Congresso Nacional, visando influenciar a apreciação da PLOA. Criticou a desconexão entre a inclusão do PNAES na Lei do Fundo Social e a ausência de reflexo dessa prioridade no orçamento proposto, classificando isso como um esvaziamento do propósito da regulamentação. Finalizou reconhecendo a qualidade das apresentações anteriores e reforçando que sua contribuição visava fortalecer o debate estratégico e estrutural do GT. **Fábio da Silva Paiva (SE/GAB/MEC)** fez uma intervenção de ordem para esclarecer o papel e os limites regimentais do Grupo de Trabalho (GT), conforme estabelecido pela Portaria nº 244/2025. Reforçou que o GT tem caráter consultivo e sua atribuição é debater, reunir subsídios e elaborar um documento final que contribua para a regulamentação da política, mas não é responsável pela regulamentação em si. Comentou que, embora o debate sobre orçamento seja legítimo e relevante, especialmente diante das dificuldades históricas enfrentadas por áreas como bibliotecas, cultura e lazer, esse tipo de deliberação não cabe ao GT, podendo ser encaminhado por entidades representativas em outros fóruns. Referiu-se à proposta de moção apresentada por Rafaela Campos Sardinha como algo que pode ser articulado pelas entidades, mas não deliberado formalmente pelo GT. Fábio também alertou sobre o prazo de funcionamento do GT, que já foi prorrogado e está próximo do encerramento, com apenas duas reuniões ordinárias restantes (uma de debate e outra de fechamento). Informou que há previsão de reuniões extraordinárias sobre temas específicos, mas que é necessário respeitar os limites definidos pela portaria. Por fim, destacou o papel técnico e estratégico dos membros do GT, escolhidos criteriosamente para contribuir com dados, experiências e realidades que subsidiem a construção da regulamentação. Reforçou a importância de respeitar os tempos de fala e a agenda prevista para que todos os inscritos possam se manifestar. **Cláudio Gomes Barbosa** iniciou sua fala agradecendo ao MEC pela oportunidade de participar do GT e destacou a importância histórica do esporte na vida universitária, classificando-o como um "filho sem pai nem mãe", pela ausência de estrutura e

regulamentação adequada nas instituições. Defendeu a profissionalização da gestão do esporte nas universidades, apontando que, mesmo com recursos disponíveis, a falta de setores específicos e pessoal qualificado compromete a efetividade das ações. Compartilhou sua experiência na Universidade Federal de Uberlândia, que possui estrutura dedicada ao esporte, contrastando com outras instituições, como a UFMG, que ainda não contam com setores específicos para essa área. Cláudio propôs a criação de uma política nacional de orientação para o esporte universitário, destacando que, desde a era Vargas, as atléticas atuam como promotoras de atividades esportivas, mas sem regulamentação formal. Criticou a limitação imposta pela legislação atual, que restringe o apoio ao esporte ao formato de benefício direto, enquanto estudos mostram que os principais auxílios concedidos são indiretos (transporte, materiais, inscrições, etc.). Ressaltou o papel do esporte na promoção do pertencimento e da permanência estudantil, especialmente diante da carga horária intensa dos cursos universitários. Alertou que a ausência de investimento leva à elitização do esporte, excluindo estudantes sem recursos financeiros. Finalizou enfatizando que não basta garantir recursos: é essencial que existam setores estruturados e profissionais capacitados para gerir o esporte nas universidades, evitando que os recursos sejam desviados para outras finalidades e garantindo que o esporte cumpra seu papel social e educacional. **Adriana Ferrari (FEBAB/USP)** fez uma intervenção em forma de pergunta, motivada por sua atuação em uma universidade estadual. Referindo-se à fala de Sandro sobre financiamento, concordou que os recursos da assistência estudantil não são suficientes para cobrir todas as demandas das bibliotecas. Questionou se existe, por parte do MEC, algum recurso ou fundo específico voltado à infraestrutura, acervos e coleções de bibliotecas universitárias, e como esse recurso poderia ser acessado pelas instituições. A dúvida foi registrada como relevante para o debate sobre financiamento e estruturação das bibliotecas no contexto da política de permanência estudantil. **Veruska (Reitora do Instituto Federal de Brasília / Representante do CONIF)** iniciou sua fala destacando a especificidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que atua simultaneamente na educação básica, superior e pós-graduação. Ressaltou que, nesse contexto, as bibliotecas têm papel multinível, atendendo desde estudantes da educação básica até da pós-graduação, o que exige atenção especial na regulamentação. Concordou com as falas de Roselma, Sandro e Natália, especialmente sobre a necessidade de transformar as bibliotecas em espaços de acolhimento para estudantes vulnerabilizados, muitos dos quais são trabalhadores. Apontou como desafio a falta de estrutura de pessoal para garantir atendimento contínuo nas bibliotecas, sugerindo que a regulamentação considere ações de curto, médio e longo prazo. Destacou que as apresentações feitas revelam lacunas estruturais e de planejamento nas instituições, agravadas por restrições orçamentárias e pela necessidade de priorizar o funcionamento básico. Isso acaba comprometendo programas essenciais, inclusive para estudantes que não são diretamente contemplados pela assistência estudantil. Finalizou reforçando que temas como esporte, cultura, lazer e bibliotecas, embora discutidos no âmbito da assistência estudantil, exigem uma estruturação mais ampla e universalizada. Defendeu que o planejamento institucional deve considerar esses elementos como parte do tripé ensino, pesquisa e extensão, e que o GT contribua com propostas realistas e escalonadas para enfrentar os desafios apresentados. **Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca (SESU/MEC)** iniciou sua fala comentando a proposta de Sandro sobre a criação de um programa específico para cultura, lazer, arte e esportes, com base no artigo 4º da Lei da PNAES, que permite ao MEC transformar ações públicas em programas. Sugeriu que esse encaminhamento seja considerado, especialmente para contemplar benefícios indiretos nessas áreas. Sobre o orçamento, reconheceu os desafios enfrentados e informou que o MEC está empenhado em ampliar os recursos do PNAES. Citou que, em 2022, foram executados cerca de R\$ 900 milhões para universidades, valor que deve dobrar em 2023, embora a previsão para 2024 ainda seja semelhante à deste ano. Destacou a importância do Fundo Social, mas reconheceu os limites impostos pelo espaço orçamentário. Apontou como dúvida central se a regulamentação deve ou não estabelecer percentuais mínimos de alocação de recursos para áreas como cultura, esporte e bibliotecas, considerando a autonomia universitária e as diferenças regionais. Sugeriu que o GT analise os dados de desembolso por universidade para avaliar a viabilidade de tal medida. Sobre bibliotecas, compartilhou sua visão de que elas devem ser centros de vivência e acolhimento estudantil, como ocorre em países da OCDE. Criticou o histórico de cortes orçamentários nas bibliotecas e defendeu uma mudança de mentalidade para valorizá-las como espaços centrais na vida universitária. Finalizou comentando sobre a próxima reunião extraordinária do GT, que será dedicada à alimentação estudantil. Justificou a escolha pelo impacto orçamentário e pela maturidade da

política de segurança alimentar no governo federal, destacando a possibilidade de articulação com outros ministérios e órgãos como a CONAB e o FNDE para ampliar parcerias e recursos. **Fábio da Silva Paiva** apresentou o cronograma atualizado de trabalho do GT, destacando a proposta de realização de **reuniões extraordinárias** para aprofundar temas específicos. Informou que essas reuniões foram provocadas por membros do GT e estão sendo submetidas à apreciação coletiva. As reuniões extraordinárias propostas são **12 de setembro**: Foco em alimentação estudantil, com participação da Rede RU (Muriel) e tentativa de presença do FNDE, para discutir modelos de financiamento e gestão dos Restaurantes Universitários; **16 de setembro**: Análise do SISPNAES e possibilidades de monitoramento e avaliação; **26 de setembro**: Discussão sobre programas específicos; **3 de outubro**: Transporte escolar, com possibilidade de participação de outros ministérios e órgãos e **28 de outubro**: Encerramento oficial do GT. Fábio reforçou que há espaço entre 3 e 28 de outubro para inclusão de novas reuniões extraordinárias, caso haja novas provocações. Encerrou destacando a produtividade da reunião e a importância das contribuições para o relatório final. **Lucas Piaia (ANPG)** retomou sua proposta apresentada no início da reunião, solicitando espaço para aprofundar o debate sobre assistência estudantil na pós-graduação. Destacou que, embora a pós-graduação já esteja contemplada em legislações como a Lei de Cotas e o PNAES, ainda há falta de dados segmentados sobre a realidade dos pós-graduandos. Apresentou a proposta de aplicação de um formulário diagnóstico, elaborado pela ANPG, com perguntas sobre acesso a programas, frequência de editais, número de bolsas, indicadores de renda, gênero, raça, tipo de bolsa (CAPES, CNPq, etc.), entre outros. O objetivo é levantar dados sensíveis e detalhados para subsidiar a posição da ANPG no GT. Solicitou que o GT aprove a inclusão dessa pauta no calendário, com apresentação dos resultados em data futura, alinhada ao encerramento dos trabalhos do grupo. Reforçou que o levantamento será essencial para garantir que a pós-graduação seja adequadamente considerada nas políticas de assistência estudantil. **Fábio da Silva Paiva** retomou a condução da reunião para deliberar sobre o calendário de reuniões extraordinárias do GT. Informou que foram aprovadas duas novas reuniões com temáticas específicas, além das já previstas, totalizando cinco reuniões extraordinárias. Destacou que as datas serão ajustadas conforme demanda do CONIF e serão apresentadas na próxima reunião. Também mencionou que será avaliada a possibilidade de prorrogação do prazo para envio de contribuições via formulário, conforme solicitado por Lucas Piaia (ANPG), considerando que outras entidades podem estar preparando propostas. Reforçou que esse encaminhamento será tratado internamente pelo MEC e comunicado oportunamente. Finalizou informando que o próximo item da pauta seria a aprovação da ata da quinta reunião ordinária. **Lúcia Campos Pellanda (SESU/GAB/MEC)** registrou o pedido da Comissão de Direitos Humanos da Andifes para participar da reunião sobre o programa Incluir, sugerindo que essa discussão seja feita em conjunto com o CONACESSE, dada a proximidade temática entre os dois. Comentou que o MEC está realizando um estudo técnico sobre modelos de financiamento, envolvendo a diretoria de modelos e financiamentos e a DIPPEs, e sugeriu a participação de Adilson e Juscelino nesse debate. Em resposta à pergunta da professora Adriana Ferrari, esclareceu que não existe uma ação orçamentária específica para bibliotecas nas universidades. Os recursos para bibliotecas são alocados dentro das categorias gerais de custeio e capital, o que reforça a autonomia das instituições na definição de prioridades orçamentárias. Reconheceu que, embora ações específicas possam garantir recursos dedicados, elas também podem limitar a autonomia institucional. Ao final, foram aprovadas cinco reuniões extraordinárias para aprofundamento dos temas: alimentação estudantil, programa Incluir, transporte escolar, assistência estudantil na pós-graduação e regulamentação do fundo social. Também foi aprovada a ata da 5ª reunião. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12h41min.



Documento assinado eletronicamente por **Artur Antônio dos Santos Araújo, Coordenador(a)-Geral**, em 04/11/2025, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio da Silva Paiva, Gerente de Projeto**, em 04/11/2025, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6265141** e o código CRC **2BD9391A**.

Referência: Processo nº 23000.042297/2024-61

SEI nº 6265141